

ROCHA, Afonso: *Uma mundividência de futuro*, Edições Afrontamento, Porto, 2018, 179p.

Nas palavras do autor, no prólogo, trata-se de “um ensaio de opinião pessoal que cuida de relacionar as perspectivas e as posições consagradas com o pensamento filosófico nacional e europeu, sobretudo dos tempos moderno-contemporâneos” (p. 15). Afonso Rocha *ensaia uma relação* que não será certamente tão pacífica como o título do ensaio parece sugerir. Na verdade, deparamo-nos com uma interrogação subjacente à reflexão do autor: Qual a relação que a mundividência de inspiração cristã, que ainda prevalece como referencial no mundo ocidental, mantém, na actualidade, com o legado da filosofia do Iluminismo e da racionalidade positivo-científica dos sécs. XIX e XX? E qual a perspectiva de futuro que daí advém?

A reflexão de Afonso Rocha é desenvolvida em torno dos cinco temas centrais que estruturam uma mundividência do cidadão consciente e com um mínimo de inquietação crítica: o conhecimento da Verdade, a Religião do futuro, a afirmação de Deus, o problema do Mal e a filosofia da História. O leitor depara-se, desde o prólogo, com o desconforto do autor, perante as incoerências e fragilidades do pensamento/mundividência do cristianismo católico de hoje. De facto, a Igreja católica ainda não logrou superar a “inequívoca atitude de reacção, de intolerância e mesmo de anátema” (p. 11), face aos desafios que a “modernidade” e/ou “pensamento moderno” lhe lançou e continua a lançar, desde o séc. XVI até aos dias de hoje. São inúmeras as situações que vai destacando, relativamente aos temas anunciados e aos problemas que colocam a quem concebe inequivocamente uma mundividência universal e ecuménica, com aceitação geral do pensamento moderno, e liberto das intransigências do cristianismo católico no domínio do conhecimento e na definição da Verdade.

---

Recibido: 26/07/2018. Aceptado: 03/09/2018.

O rigor e a fundamentação da argumentação do autor são suportadas não só pela formação académica em filosofia e teologia, mas ainda pela investigação científica documentada nas múltiplas publicações de reconhecido mérito, sobre o pensamento filosófico contemporâneo, em Portugal e na Europa, nomeadamente em autores como Sampaio Bruno, Fernando Pessoa, Dalila Pereira da Costa, Frederico Nietzsche e outros (algumas dessas publicações estão recenseadas na revista *Agora*). Para estas obras de investigação científica remete habitualmente o autor, como suporte das opiniões de carácter mais pessoal, expressas na obra em análise.

A modernidade capacitou a Razão para uma compreensão e uma vivência mais alargada e mais universalista da religiosidade natural do ser humano e da concepção do divino/sagrado, com a afirmação de novas formas e de novas realizações da religião. A sistematização desta nova visão ganha forma com os autores fundamentais do pensamento moderno, como Leibniz, Kant, Schelling, e consolida-se com o contributo decisivo dos conhecidos “mestres da suspeita” dos sécs. XIX-XX (Marx, Nietzsche e Freud). Ao longo dos sécs. XIX e XX, fazem eco desta corrente de pensamento, em Portugal, muitos dos autores mais representativos do pensamento filosófico português, com Amorim Viana, Antero de Quental, Sampaio Bruno, Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa, José Marinho... Para esta “família de pensamento” remete o autor, em abono das suas opiniões e conclusões.

Em sentido contrário ao movimento das ideias do “pensamento moderno”/“modernidade”, acentua-se a defesa do pensamento “tradicional” por parte da instituição do cristianismo católico, culminando na declaração do dogma da infalibilidade do Papa, que reconhece, ironica e/ou simbolicamente, a um ser humano/Razão humana o poder absoluto/infalível, que nenhum sistema filosófico e/ou científico ousou afirmar categoricamente. A sistematização do pensamento moderno, relativamente aos temas analisados na obra (Verdade, Religião, Deus, Mal e História), evolui no sentido de uma aceitação livre e argumentativa das realidades e valores em causa, reconhecendo nessa argumentação a dimensão do mistério e da revelação, que se impõem à razão humana sem a subjugar pela força da autoridade. Está aqui em causa, fundamentalmente, a “menoridade” da razão, denunciada e criticada por Kant ao propor o “sapere aude” do Iluminismo, que apontava para a desejada e ousada “maioridade”.

O procedimento institucional católico mantém essencialmente a mesma atitude de suspeição e de condenação desses “atrevimentos” da razão iluminista, com graves consequências para a posição preponderante do ca-

tolicismo, na perspectiva de uma Religião do futuro. Alguns exemplos são questionados, como se pode verificar na questão central e determinante do “diálogo inter-religioso”, que se rege pela aceitação da posição de igualdade entre as religiões – “Religiões verdadeiras”, e não apenas uma “Religião verdadeira” –, no alinhamento ideológico-capitalista que não dá lugar a um verdadeiro comprometimento em prol dos pobres e desfavorecidos, no exclusivismo da noção do divino a partir da noção “cristã” de Deus, na permanência de posições doutrinárias sobre o Mal (mal antropológico/moral) e sobre a História (“providencialismo”) que recusam os complementos de compreensão filosófica e científica que o pensamento moderno adquiriu...

Perante a perspectiva institucional, hierárquica e visível da Igreja (cristianismo católico), que defende com intransigência o pensamento “tradicional”, o pensamento “moderno” recupera e actualiza a velha tradição da *gnose*, que abre novos horizontes para a concepção e vivência do religioso nos tempos modernos, “compatibilizando assim a «razão» e o «mistério» a nível da afirmação da Verdade e da vivência da religião” (p. 33). Os ataques à Igreja e o abandono do cristianismo católico correspondem, na maior parte dos casos, a um processo de questionamento e de ruptura com a instituição católica e não propriamente a uma negação de Deus ou ateísmo, ou a uma absolutização do Homem. Desde o séc. XVI, e mais acentuadamente a partir de meados do séc. XIX no meio intelectual português, que se pode acompanhar essa opção pela *gnose* em muitos pensadores e filósofos, escritores e artistas, místicos e homens de ciência, repercutindo-se ainda hoje a nível do pensamento e de práticas de inspiração religiosa.

A presença da religião e dos valores que comporta são fundamentais para a identificação de *uma mundividência de futuro*, tendo em conta os cinco temas e problemas analisados na obra de Afonso Rocha, pois a sua análise tem por objecto a sociedade ocidental de hoje, ainda predominantemente marcada pela matriz cultural de inspiração cristã. No entanto, o desfasamento entre a matriz original e a actual matriz institucional, reiteradamente vinculada a atitudes “tradicionais” que remontam à afirmação de Roma diante da Reforma e se radicalizam na permanente oposição e reacção de intolerância e mesmo de anátema face ao “pensamento moderno”/“modernidade”, levantam sérias dúvidas quanto à sua afirmação e preponderância numa mundividência de futuro.

Porque se identifica com o “pensamento moderno”, assente na racionalidade positivo-científica, na racionalidade filosófica e na racionalidade religioso-teológica, o autor reconhece e aceita a evolução da sociedade e as exigências do pensamento/razão que não prescindem do religioso, equa-

cionado em termos de ecumenismo e universalidade, em que o homem se define pela abertura ao mistério, e «mistério absoluto». Os grandes valores continuam presentes e criativos na performance do “pensamento moderno”, e a ele pertence o futuro, com maior ou menor liderança das instituições que formataram o passado.

A densidade da reflexão e dos questionamentos que Afonso Rocha propõe nesta sua obra não deixarão indiferentes os leitores que se interrogam sobre a mundividência do presente e do futuro, e sentem a urgência de clarificação em questões imprescindíveis para a afirmação do sentido último da existência humana, tais como a Verdade, a Religião, Deus, o Mal e a História. Certamente que a sua leitura os vai esclarecer e orientar para opções válidas e vitais.

José Gama